

Relatório do Almirante Augusto Leverger: o Bretão que sonhou com uma geopolítica brasileira para a Bacia do Prata

Leverger: the breton who dreamed of a brazilian geopolitics for the Silver Basin

Rosana Lia Ravache¹

RESUMO: A proposta deste artigo é apresentar uma face pouco conhecida de Augusto João Manuel Leverger, o Barão de Melgaço, escritor, historiador e geógrafo, cujos interesses principais eram a hidrografia e a topografia. Devido a seu conhecimento da província de Mato Grosso e seu perfil de lisura, galgou altos postos dentro da Marinha do Brasil e teve um papel relevante na defesa de Mato Grosso durante as tramitações pré e pós Guerra do Paraguai. Graças às suas pesquisas pelos rios Paraguai, Paraná e São Lourenço e Cuiabá, conseguiu mapear geopoliticamente este território, que só não pode ser totalmente revisto por falta de vários exemplares de suas anotações.

Palavras-chave: Augusto Leverger. Geopolítica da Bacia do Prata. Guerra do Paraguai. Mato Grosso.

ABSTRACT: The purpose of this article is to present a little-known face of Augusto João Manuel Leverger, the Barão de Melgaço, writer, historian and geographer, whose main interests were hydrography and topography. Due to his knowledge of the province of Mato Grosso and his profile of smoothness, he rose to high positions within the Brazilian Navy and played an important role in the defense of Mato Grosso during the pre and post Paraguay War proceedings. Thanks to his research on the Paraguay, Paraná and São

1 Professora do Univag Centro Universtário de Várzea Grande. Doutora em Geografia Humana na linha de pesquisa em Metrópole e Geografia Urbana, com a tese *Migração e modernização em cidades médias da Amazônia Legal: área de abrangência da Br 163*, defendida na Universidade de São Paulo. Email rosanaravache@gmail.com

Lourenço and Cuiabá rivers, he managed to map this territory geopolitically, which just cannot be completely revised, due to the lack of several copies of his notes.

Keywords: Augusto Leverger. Geopolitics of the La Plata Basin. War of Paraguay. Mato Grosso.

Introdução

A proposta do presente artigo é transitar pelo pensamento geopolítico de Augusto Leverger, revisitando algumas de suas pesquisas e tomadas de posição ante a postura do Império frente aos desmandos e intrigas que ocorreram em Mato Grosso, enquanto aqui esteve à serviço da Marinha Brasileira. É sabido que enfrentou várias questões políticas e científicas, sem ter conseguido encontrar alguém que escutasse as suas ideias e teorias.

Como Ernesto Cerveira de Sena² coloca em seu artigo “*As Disputas Políticas em Mato Grosso, Província Fronteiriça e Estratégica para o Império durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)*”:

Apesar dos clamores para que os grupos políticos locais cessassem de se digladiar para melhor enfrentar o inimigo estrangeiro, os conflitos entre os partidos continuaram acirrados, utilizando-se inclusive de soldados armados para obterem vantagem política, mesmo contrariando autoridades, tal como acontecia antes do conflito com o Paraguai. Como resultado dessa disputa, a Província de Mato Grosso também criou seus heróis de guerra, cada qual vinculado a um grupo político daquele momento.

Pelo pouco que é possível reunir sobre as anotações de Leverger, destacam-se algumas obras, como a cronologia biográfica de Visconde de Taunay e Leverger o Bretão Cuiabanizado, de Virgílio Corrêa Filho, com as quais foi possível traçar um perfil deste estrategista que compreendeu muito bem o jogo geopolítico praticado no cone Sul, do qual partici-

2 Disponível em: www.anpuh.org, Acessado em: 18.04.2020

param não só argentinos, bolivianos, brasileiros, paraguaios e uruguaios, mas também países europeus que tinham muito interesse na maior conexão hidroviária encravada no interior da América do Sul, formada pelos rios da Prata, Paraguai e Paraná.

O sistema monçoeiro³ deu a Leverger a régua e o compasso para entender a geopolítica do Cone Sul, esquema que insistiu em demonstrar para as cabeças coroadas do Império, durante muitos anos, sem que elas conseguissem perceber a importância dos seus estudos para o futuro da malha hidrográfica e para o território sul-americano.

Se estas estratégias tivessem sido implantadas, logo após o desmantelamento do vice-reinado do Rio da Prata, ou se o Império tivesse enfrentado a Inglaterra antes da Questão Christie⁴, é muito provável que teriam contribuído

3 Sistema monçoeiro - denominação dada por paulistas às viagens feitas por bandeirantes, sertanistas, viajantes e aventureiros a partir do século XVIII, entre as capitânicas de São Paulo e Mato Grosso. O termo “monções” era dado devido ao período favorável à navegação fluvial. As expedições se valiam das estações das águas e desciam o Rio Tietê, iniciando viagem em Porto Feliz, antigamente denominada Araritaguaba descendo até o Rio Grande ou Rio Paraná. Depois subiam o Rio Pardo, chegando na Fazenda Camapuã, de onde tinham a árdua tarefa de transpor parte da viagem por terra até o Ribeirão Camapuã, onde alcançavam o Rio Coxim até sua junção com o Taquari, onde hoje é a cidade de Coxim. Descendo o Taquari e transpondo o Pantanal, encontravam o Rio Paraguai e depois o Rio São Lourenço e, em seguida o Rio Cuiabá. A viagem demorava aproximadamente 6 meses e a comitiva era composta de inúmeros batelões (canoas feitas de um só tronco) que transportavam centenas de pessoas. Inúmeras monções foram atacadas por índios paiaguás, no Pantanal mato-grossense, algumas sendo, inclusive, dizimadas. Porém, foi através do sistema monçoeiro que a fronteira brasileira foi alargada e, as regiões centro-oeste e norte brasileiras, consolidadas. Disponível em <https://portalmatogrosso.com.br/moncoes/> Acesso em 23.04.2020.

4 Conforme Pedro Eurico Rodrigues, a Questão Christie foi um impasse diplomático ocorrido entre o Império do Brasil e o Reino Unido entre os anos de 1862 e 1865. As relações entre Brasil e Inglaterra foram bastante conturbadas ao longo do século XIX. É preciso lembrar que a coroa britânica insistiu e vigiou o tráfico atlântico, afetando as relações comerciais e econômicas brasileiras. Essas interferências inglesas já geravam descontentamento por parte de alguns brasileiros, interessados na mão-de-obra escrava e no negócio lucrativo do tráfico atlântico. Grande do Sul, que teve sua carga saqueada e a tripulação não encontrada, foi um ponto inicial do descontentamento inglês com o Império Brasileiro. O nome que esteve à frente deste impasse diplomático foi o de William Douglas Christie, embaixador britânico no Brasil, que fez dos incidentes internos conflitos internacionais. Christie culpou o Império Brasileiro pelo naufrágio e acusou-o de negligência. O embaixador exigiu uma indenização pela carga perdida. Inicialmente D. Pedro II negou-se a pagar as

para evitar uma guerra tão cruel, na qual milhares de vidas foram ceifadas.

Depois de muitas tentativas, finalmente foi assinado o Tratado de Aliança, Comércio, Navegação e Extradicação entre o Brasil e a República do Paraguai, em abril de 1856, possibilitando a navegação pelo rio Paraguai e integrando os rios Uruguai e Paraná, a grande bacia hidrográfica que interliga as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, do lado brasileiro, com as repúblicas do Uruguai, Argentina e Paraguai.

Logo após este pacto, começaram as primeiras indisposições paraguaias, porque esta interligação, mola mestra para as importações, não estava entre as suas prioridades, já que a maioria dos produtos que a população demandava era produzido ali mesmo.

Leverger já havia assinalado em suas anotações que este problema surgiria, ao considerar que a autossuficiência paraguaia permitia que 4/5 da população civilizada da província de Mato Grosso ocupasse os arredores da capital paraguaia, até porque no Vale do Paraguai estavam as três principais cidades: Cuiabá (22.000 habitantes), Corumbá (11.000) e Cáceres (8000). Chegou a afirmar em suas anotações colocadas no livro “*Vias de Comunicação de Matto-Grosso*” que, “infelizmente, a política estorvou por muitos anos e ainda poderia estorvar a livre utilização do rio Paraguai, um benefício que a natureza outorgou a esta parte central da América do Sul”.

indenizações e teve apoio da população fluminense, descontente com a postura dos ingleses. Após ter as reparações negadas pelo Imperador, Christie deu sua resposta confiscando cinco navios mercantes brasileiros. D. Pedro II decide pagar a indenização, mesmo sob protestos daqueles que defendiam a honra e a soberania nacional. Mesmo pagando a indenização, Pedro II solicitou explicações à Inglaterra sobre o comportamento de seu embaixador no Brasil. Por conta disso o imperador solicitou o fim das relações diplomáticas com a Inglaterra, e para isso teve apoio da população. O imperador solicitou, para resolução deste impasse, uma mediação internacional. Para esta mediação o Rei Leopoldo I da Bélgica foi escolhido como juiz da questão. Em 18 de junho de 1863 declarou o Brasil vencedor do impasse, o que levou a um pedido de desculpas oficial, por parte da Rainha Vitória em 1865, que encerrou o impasse diplomático. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/questao-christie/> Acessado em 17.05.2020.

Entretanto, Argentina, Brasil e Uruguai tinham muito interesse em comercializar seus produtos e importar novas tecnologias. Sob este aspecto, a mobilidade pelo rio Paraguai era essencial.

Com base em autores, como Aquino (1999), Assunção (2012), Cerveira Sena (2020) e Doratioto (2002), foi possível desmitificar algumas teorias sobre o próprio Leverger, assim como trazer para este texto uma hipótese de que Leverger provavelmente teria idealizado uma geopolítica brasileira para a Bacia do Prata, embora as autoridades do seu tempo, personagens de um campo politicamente minado pelas vaidades, pouco compreenderam para interpreta-lo corretamente.

1. O Brasil imperial papel de Augusto Leverger

A política externa do Império e sua dependência em relação a Inglaterra, favoreciam a animosidade entre os países do Cone Sul. O próprio Império Brasileiro preferia manter estes países divididos e até contribuiu substancialmente para isto, porque acreditava que desta maneira impediria qualquer movimento contra o Brasil.

A partir do momento em que se passou a usar navios a vapor para navegação fluvial e manter livre a passagem nos três grandes rios da fronteira oeste brasileira, havia a preocupação de garantir esse acesso. Para tal era preciso estabilidade na região, ou seja, que os vizinhos latino-americanos se mantivessem territorial e politicamente separados.

Leverger, com seu profundo conhecimento da bacia hidrográfica desta região contribuiu muito, mas poderia ter contribuído muito mais se as autoridades do Império tivessem prestado mais atenção em seus relatórios, porque suas pesquisas constantes serviram para avaliar, precocemente, a importância destes caminhos hídricos para Mato Grosso e para o Brasil.

Embora tenha elaborado amplos relatórios para alertar sobre a precariedade das cidades que margeavam o rio Para-

guai, principalmente ao longo da província de Mato Grosso, aparentemente pouca importância foi dada pelo Império.

Só quando foi extinto o armistício negociado pelo chanceler brasileiro Silva Paranhos, em abril de 1862, e Leverger já se tornara respeitado pelo Imperador e pelas autoridades paraguaias, sentiram o quanto era importante chama-lo de volta ao trabalho para coordenar e complementar a carta de Mato Grosso.

Partiu em 8 de abril de 1864 para Corumbá e Miranda, de onde retornou para Cuiabá em novembro, devido às condições adversas do tempo, fato que acabou afastando-o do local onde seria o epicentro da guerra do Paraguai, que iniciaria em 13 de dezembro, com o ataque mortal da cavalaria Lopezina.

1.1 Quem foi Augusto Leverger?

O francês Augusto João Manoel Leverger, Barão de Melgaço, nasceu em 30 de janeiro de 1802, em Saint-Malo (França) e veio para a América do Sul, com o seu pai, em 1819, aos 18 anos, e logo engajou-se na Marinha, onde começou como piloto.

Foi militar, historiador e geógrafo e entre seus principais interesses destaca-se a hidrografia. Foi uma das figuras mais importantes da história mato-grossense de sua época.

Entre 1819 e 1823, navegou pelos rios da Prata, Paraná e Uruguai e entre 1838 e 1840 pesquisou a hidrografia dos rios Cuiabá, São Lourenço e Prata, aprofundando seus estudos hidrográficos durante duas viagens ao Paraguai, quando reuniu dados minuciosos registrados em seu livro *Vias de Comunicação de Matto-Grosso*.

Tornou-se segundo-tenente da Armada Imperial em 1824, após as Campanhas Platinas.

Em 1830, desembarcou em Cuiabá, já com a patente de 1º Tenente, mas ainda como estrangeiro não naturalizado, com a missão de organizar a defesa de toda a área fluvial da Província de Mato Grosso.

Residiu durante algum tempo no Forte de Coimbra, onde aproveitou a estadia para vigiar a fronteira e realizar trabalhos de topografia.

Devido a seu profundo conhecimento sobre a Província de Mato Grosso, em 1841, foi nomeado Cônsul-Geral do Brasil, para estabelecer boas relações com o Paraguai, sobretudo no tocante à navegação do Rio Paraguai e ao estabelecimento de fronteiras.

Independente do seu conhecimento a respeito da Província mato-grossense, Corrêa Filho (1979) relata que o ambiente político do Império não era dos mais amigáveis e que, por isso,

Como veterano das guerras platinas de que trazia lição nomeada. organizador do Arsenal de Marinha, onde conseguira ultimar várias barcas canhoneiras e constituir com elas o núcleo inicial da flotilha brasileira nas águas do Paraguai, personificação do desapego às posições do mando, que afastava a concorrência dos ambiciosos, conhecedor acatado dos assuntos mato-grossenses e dos homens, benquisto de todos que lhe apreciavam a lhanza de trato e a tolerância para com as idéias alheias, superioridade intelectual sobranceira a qualquer competição, no meio em que vivia, Leverger estava naturalmente indicado para realizar o programa de conciliação, de que tanto precisava Mato Grosso, para aplacar o braçado de rancores facciosos que arderam na Rusga. Corrêa Filho (1979, p. 42)

Em 1842, Leverger se naturalizou brasileiro e em 1852 foi promovido a capitão-de-mar-e-guerra. Em junho de 1857, o Imperador D. Pedro II outorgou-lhe o título de Comendador da Ordem de São Creto, referendado pelo marquês de Olin-da. Em 22 de setembro, o Imperador o nomeou Vice-Presidente da província de Mato Grosso e em 1º de outubro, já como Chefe de Esquadra reformado, recebeu do Imperador a permissão para continuar residindo em Mato Grosso.

Em 2 de outubro de 1865, em atenção “a seu distinto merecimento e patriotismo”, o Imperador nomeou-o Presi-

dente da Província, em substituição a Manoel Pedro Drago. Três anos depois, do Palácio do Rio de Janeiro, aos 28 de Junho de 1868, D. Pedro II o nomeou Presidente da Província pela segunda vez, em decreto referendado por Paulino José Soares de Sousa.

Enquanto esteve no Forte de Coimbra, conseguiu, em 1867, dissuadir os paraguaios de atacar Cuiabá, contribuindo, assim, para a libertação de Corumbá.

Ergueu as Fortificações de Melgaço para proteger Cuiabá do avanço das tropas de Solano López, impedindo que os invasores atingissem a capital mato-grossense. Devido ao seu envolvimento na guerra, foi consagrado herói.

Leverger morreu em Cuiabá, a 14 de janeiro de 1880, aos 78 anos de idade, deixando respeitável bagagem científica, na qual se destacam os trabalhos hidrográficos de quase toda a Província, o *Dicionário Geográfico da Província de Mato Grosso* e o *Mapa Geográfico, Cronológico e Estatístico da Província de Mato Grosso*.

Após a sua morte foram organizados vários projetos para publicar a sua obra, mas pouco foi realizado. A Universidade Federal de Mato Grosso, em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, publicou, em 1975, as anotações que estavam na obra *Vias de Comunicação de Matto-Grosso*, dirigida por Estevão de Mendonça e Antônio Fernandes de Souza, cuja publicação original data de 1905. Em 2001, o Instituto Histórico de Mato Grosso publicou seus “*Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*”, cujo original já havia sido registrado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1949.

Cuiabá homenageou o “Bretão Cuiabano”, conforme o cognominou Ubiratã Nascentes Alves, com um monumento erguido sobre o seu túmulo no Cemitério da Piedade, em Cuiabá-MT.

2. Resumo histórico da geopolítica nos países da Bacia do Prata

A geopolítica que pauta as ações dos países do cone sul das Américas teve início em 1816, com as Guerras Platinas ou Campanhas Platinas, que reuniram conflitos diplomáticos e militares entre os países da região do Prata.

Começou com a pretensão do príncipe regente, D. João VI, de anexar a Banda Oriental⁵ e fixar a fronteira meridional na margem esquerda do Rio da Prata, na Guerra contra Artigas (ou Primeira Guerra Cisplatina).

Com a Proclamação da Independência do Brasil, inicia o Primeiro Reinado com D. Pedro I (1822 a 1831), enquanto no Uruguai irrompe a Guerra Cisplatina (1825 a 1828) que trouxe a independência uruguaia. Pouco tempo depois (1839 a 1851) teve início a Guerra Civil no Uruguai, fomentando a Campanha do Prata⁶ contra Oribe e Rosas⁷ (1851 a 1852), sucedida pela Guerra do Uruguai ou Guerra contra Aquirre (1864 a 1865), enquanto no Império Brasileiro os conflitos militares internos continuavam e avançavam pelo Segundo Reinado.

5 Assim era chamado antigamente o território do império colonial espanhol do Cone Sul, localizado a leste no Uruguai, desde a costa dos atuais estados de Paraná e Santa Catarina, até o trajeto final do curso do rio que o leva a desembocar no Rio da Prata, abarcando a área do atual estado de Rio Grande do Sul e da atual República Oriental do Uruguai. A colonização portuguesa na região do “Rio Grande de São Pedro” e no Território dos Sete Povos das Missões provocou que o nome “Banda Oriental” ficasse restringido a uma área que tem a forma aproximada do atual Uruguai. Disponível em: pt.wikipedia.org/wiki/Banda_Oriental_do_Uruguai. Acessado em 14.05.

6 A Campanha do Prata, ou Guerra do Prata, também conhecida como Guerra contra Oribe e Rosas, foi um episódio que marcou uma longa disputa entre Argentina, Uruguai e Brasil pela influência do Paraguai na hegemonia da região do Rio da Prata. A guerra foi travada entre o território uruguaio, no Rio da Prata, e nordeste argentino, entre agosto de 1851 a fevereiro de 1852, entre as forças da Confederação Argentina e as forças da aliança formada pelo Império do Brasil, Uruguai e Províncias rebeldes argentinas de Entre Rios e Corrientes. Adaptação de texto compilado de: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Prata. Acessado em 07.05.2020.

7 Juan Manuel de Rosas foi um ditador argentino com grande influência da guerra civil do Uruguai, depois de sua independência do Brasil, guerra esta que gerou muita instabilidade na região do Prata, devido ao desejo argentino de ter Uruguai e Paraguai em sua esfera de influência para, posteriormente, recriar o antigo Vice-reinado do Prata. Esses objetivos eram contrários à soberania brasileira, uma vez que o antigo vice-reinado era formado por terras pertencentes à Província do Rio Grande do Sul e aos interesses brasileiros de influência na região.

O Uruguai, após sua Independência do Brasil, convivia com a vulnerabilidade do desejo argentino de ter Uruguai e Paraguai em sua esfera de influência, com a intenção de recriar o antigo Vice-Reinado do Prata⁸.

Estes objetivos eram contrários à soberania brasileira, uma vez que o antigo vice-reinado incluía terras pertencentes à província do Rio Grande do Sul e, se os interesses brasileiros de influência na região já haviam gerado a Guerra da Cisplatina, provavelmente instigariam ainda outras guerras (COSTA, 2003, p. 142).

Por outro lado, a manutenção da independência de ambos os países era vital para o Império, que temia uma possível nacionalização dos rios platinos por parte da Argentina, o que impossibilitaria a comunicação entre Mato Grosso com a capital brasileira. Este conflito fez parte das chamadas Questões Platinas, na História das Relações Internacionais do Brasil.⁹

Os argentinos comungavam com as ideias de Rosas que desejava recriar o Vice-Reino do Rio da Prata, considerando que, com este desenho geopolítico, a Argentina se tornaria a principal potência da América do Sul. Mas, para chegar a isso, precisariam conquistar três países, Bolívia, Paraguai e Uruguai e ainda boa parte do Brasil, território que hoje pertence ao Rio Grande do Sul.

Para atingir sua meta, Rosas se envolveu nas políticas internas e econômicas destes países, financiando rebeliões e guerras civis. Para ele, o Paraguai era só uma Província rebelde que, mesmo independente, não era reconhecida desta forma por nenhum outro país (LYRA, 1977, p. 14).

8 O Vice-Reino do Rio da Prata (em espanhol *Virreinato del Río de la Plata*), estabelecido em 1776, foi o último e mais curto vice-reino criado pela Espanha durante o período de colonização das Américas. Os seus limites continham os territórios da atual Argentina, Paraguai, Uruguai (este dentro do território conhecido à época como Banda Oriental do Uruguai) e pequenas partes dos territórios que atualmente pertencem ao Brasil e à Bolívia. Foi criado sobretudo por razões de segurança, no sentido de tentar conter as outras potências mundiais com interesses na área, como a Grã-Bretanha e, sobretudo, Portugal. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Vice-Reino_do_Rio_da_Prata

9 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Prata. Acessado em 07.05. 2020

Como meio de garantir sua segurança, o ditador paraguaio José Gaspar Rodríguez Francia isolou completamente o país que, sem contatos diplomáticos com qualquer outro, só assinou um contrato de navegação pelo rio Paraguai com a Província Argentina de Corrientes, antagônica a Rosas, em 1841 (DORATIOTO, 2002, p. 24).

Rosas, por sua vez, além de se recusar a reconhecer a independência paraguaia, criou inúmeros entraves para o seu comércio, por meio do controle que mantinha sobre a navegação do rio Paraná.

A manutenção da independência de ambos os países era vital para o Brasil, pois se a Argentina conseguisse a nacionalização dos dois rios platinos, a comunicação entre a província de Mato Grosso com a capital do império, Rio de Janeiro, ficaria prejudicada.

Entretanto, entre 1835 e 1845 o Império precisou conviver com a Guerra dos Farrapos¹⁰ revolução que iniciou como uma disputa entre grupos políticos do Rio Grande do Sul e evoluiu para mais uma das rebeliões separatistas financiadas por Rosas, cujo propósito era recriar Vice-Reino do Rio da Prata.

Como as maiores cidades da região permaneceram leais ao Império, D. Pedro II conseguiu restaurar a ordem e, depois de perdoar os rebeldes, pacificou a nação.

Porém a “tranquilidade” não durou muito, porque haviam ficado pendências a resolver na complicada região platina. Alguns ministros acompanhavam a opinião do Marques de Olinda, que temia um confronto com a Argentina, por acreditar que o Brasil não estava preparado e poderia encarar uma possível derrota como a que ocorrera 20 anos antes, causando a perda da Cisplatina, uma das causas da abdicação de D. Pedro I e caso isso acontecesse abalaria a monarquia.

10 Ou Revolução Farroupilha, revolução regional de caráter republicano chefiada por Bento Gonçalves, que declarou a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul independente do Brasil, e, como estado republicano criou a República Rio-Grandense.

Foi quando o Império do Brasil finalmente optou por uma manobra que, embora fosse arriscada, podia contar com a vantagem de uma marinha poderosa. Reuniu um exército profissional e mandou um contingente para o Sul do país que, embora desgastado com as lutas internas, tinha a experiência necessária para lidar com a situação, sem precisar assumir a responsabilidade de uma guerra frontal com a Argentina. Assim, preferiu usar as táticas do inimigo e financiar oponentes para enfraquecê-lo interna e externamente.

Embora o Brasil tenha sido o primeiro país a reconhecer a independência paraguaia, em 1844, e tivesse excelente relação diplomática com este país, nada conseguiu fazer quando o ditador paraguaio Carlos Antonio López se recusou a enviar tropas para combater Rosas, porque acreditava que Justo José Urquiza, governador de Entre Rios e apoiador de Rosas, também desejava anexar o seu país (FURTADO, 2000, p. 10).

Quando, em 1851, o Império do Brasil declarou publicamente seu apoio ao Uruguai contra o exército de Oribe, um dos líderes do movimento uruguaio contra a dominação brasileira, foi ratificado o auxílio que já vinha sendo dado secretamente desde 1849. A notícia não agradou ao governo argentino e isto levou o país a iniciar as preparações próprias para a guerra (LYRA, 1977, p. 163).

Iniciou, então, uma aliança contra Rosas e contra a Confederação Argentina, a ponto de o Imperador resolver enviar para a Bolívia o marquês do Paraná, considerado um dos políticos mais hábeis e influentes de sua época, para assinar um tratado de aliança com as rebeldes províncias argentinas de Corrientes e Entre Rios com a Bolívia, que optou por não mandar tropas para a guerra e também se propôs a colocar a sua potencial frente de batalha nas fronteiras, para se precaver de um eventual ataque de Rosas (LIMA, 1989, p.159).

O “pano de fundo” destas movimentações, continuava sendo a questão econômica, pois Entre Rios exigia a livre

navegação pelos rios Paraná e Uruguai, muito importantes para a sua economia e para o transporte da produção, sem necessidade de passar por Buenos Aires.

Diante deste quadro, o Brasil enviou uma frota para a região do Prata que se concentrou praticamente inteira no porto de Montevideu. Passadas três semanas, foi assinado um tratado de aliança ofensiva entre Uruguai, Brasil e as Províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes, cujo objetivo era manter a independência uruguaia, pacificar seu território e expulsar as tropas comandadas por Oribe (VIANNA, 1994, p. 527).

As forças argentinas dissidentes e as uruguaias continuaram recebendo ajuda financeira do Império Brasileiro e, quando o primeiro grupo da força brasileira pisou em território uruguaio, em 1851, Rosas declarou guerra contra o Brasil (FURTADO, 2000, p. 9).

A Batalha de Monte Caseros, uma das contendas contra Oribe e Rosas, parte da Guerra Grande ou Guerra Civil Uruguaia (1852), foi a vitória militar brasileira mais expressiva neste período, considerando que possibilitou manter a independência do Paraguai e do Uruguai, além de evitar a invasão ao Rio Grande do Sul, planejada pela Argentina (LYRA, 1977, p. 164). O que as potências da época, Grã-Bretanha e França, não conseguiram através de suas poderosas esquadras, o Brasil alcançou com seu exército e armada (CALMON, 2002, p. 195).

A conturbada província do Rio Grande do Sul participou ativamente do esforço de guerra e, conseqüentemente, fez desaparecer o desejo de separatismo de parte da sua população, possibilitando, assim, sua efetiva integração ao restante do país (GOLIN, 2004, p. 43).

A interferência brasileira representou um divisor de águas para a história da região, uma vez que não somente implicou na consagração da hegemonia imperial no Prata, como também em toda a América do Sul (FURTADO 2000, p. 10), até porque o Brasil saiu do conflito com a monarquia fortalecida.

A partir da década de 1850, o Brasil passou por um período de grande prosperidade econômica, científica e cultural, inexistentes em seus vizinhos, perdurando até o fim do regime monárquico (LYRA, 1977, p. 199).

A manutenção da independência do Paraguai e do Uruguai era vital para o Império, que temia uma possível nacionalização dos rios platinos por parte da Argentina, impossibilitando a comunicação entre a Província de Mato Grosso com a capital brasileira.

A instabilidade instaurada na região do Prata, entre 1816 e 1865, acabou trazendo uma enorme instabilidade geopolítica aos países do Cone Sul e influenciando enormemente a decisão que levou Argentina, Brasil e Uruguai a firmarem um acordo para iniciar a Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai (1864 a 1870).

2.1 A Geopolítica do Brasil Monárquico

Entre 1830 e 1850, o Brasil se encontrava submetido ao Reino Unido, por meio de tratados livre-cambistas¹¹ que, de certa forma, cerceavam a expansão do comércio na colônia. Ao mesmo tempo, precisava sufocar as rebeliões internas, motivos de sobra para não intervir nas Repúblicas Platinas. No período de não-intervenção no Prata, o Império Brasileiro solidarizou com a Inglaterra e a França, quando todos adotaram políticas semelhantes, ou seja, adotaram como premissa dividir para dominar (impedir coalizões Uruguai-

11 O Tratado de Comércio e Navegação foi um acordo assinado entre Portugal e Reino Grã-Bretanha (1810), visando «conservar e estreitar» as relações de aliança entre as duas monarquias. Era ilimitado: sua duração e as suas obrigações e condições eram perpétuas e imutáveis, mas havia a possibilidade de revisão após quinze anos, e esta ressalva, excluía alterações caso houvesse mudança de sede da monarquia para Portugal. Este, como outros tratados assinados por D. João VI com a Inglaterra, eram pautados no interesse no Comércio e Navegação, cuja concessão essencial foi a permissão de entrada de mercadorias inglesas pagando apenas o direito de 15% ad valorem. Estabelecia a taxa de 15% para os comerciantes lusos, sobre as mercadorias inglesas; mantinha os 16% sobre as mercadorias portuguesas; e 24% sobre as mercadorias de outras origens. Os ingleses dominaram o mercado brasileiro com estes direitos preferenciais durante muitos anos, direitos estes estendidos para outros portos portugueses na Europa, Ásia e África. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Com%C3%A9rcio_e_Navega%C3%A7%C3%A3o Acessado em: 17.05.2020.

-Argentina-Paraguai) e apoiar as elites cosmopolitas dos grandes portos (Buenos Aires e Montevideú).

A Questão Christie (1862-1865) que provocou a ruptura das relações diplomáticas com o Brasil, levou os portugueses a mediar a volta da parceria entre os impérios britânico e brasileiro, que acabou favorecendo a Inglaterra, após a vitória da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai. Os ingleses ofereceram empréstimos aos brasileiros, que o aceitaram sem delongas, porque o Brasil já se preparava para entrar em guerra.

Depois de revogados os tratados livre-cambistas (1850/1870), o Império resolveu adotar o protecionismo e enfrentou a Inglaterra com a conhecida Questão Christie e, só então, passou a intervir nas Repúblicas Platinas.

No fim de dezembro de 1864, o Forte Coimbra caiu em mãos paraguaias e em janeiro de 1865, com a retirada dos brasileiros, Corumbá estava dominada, apesar de abrigar o comandante das armas. A evacuação de Corumbá, desprovida de recursos para a defesa, foi outro episódio notável. A população saiu a pé, através do Pantanal, em direção a Cuiabá, onde chegou no fim do mês de abril:

Apesar de o conflito ter sido bastante sangrento, uma das principais causas de baixas nos exércitos não era a arma de fogo, mas as patologias. Em meio a uma planície alagada, diversos soldados morreram por conta de doenças negligenciadas, principalmente a cólera. (NOGUEIRA)¹²

Na expectativa dos inimigos chegarem a Cuiabá, autoridades e o povo começaram os preparativos para a resistência. Neles sobressaía a figura de Augusto Leverger, que foi nomeado pelo Governo para comandar a defesa da Capital, organizando as fortificações no distrito de Melgaço.

12 Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/> Acessado em: 07.05.2020.

Se os invasores tinham intenção de chegar a Cuiabá dela desistiram, quando souberam que o Comandante da defesa da cidade era o Almirante Augusto Leverger (o futuro Barão de Melgaço), que eles já conheciam de longa data. Com isso, não subiram além da foz do rio São Lourenço.

Nogueira (idem) afirma que “terminando o período das águas, ficou afastada a hipótese de vapores subirem o rio, levando o Império a reconhecer a coragem de Leverger, e decide conceder-lhe as honras de Barão de Melgaço”.

2.2 Influência das questões comerciais na geopolítica da região da Bacia do Prata

Com a decadência da mineração, os colonizadores começaram a enfrentar problemas com a crise. Para que ela não afetasse a economia europeia, começaram a cultivar diversos produtos no país: algodão, tabaco, açúcar, arroz, cacau, café, dentre outros. Todos eles eram produzidos essencialmente para suprir as necessidades do mercado externo.

Esse momento, também chamado de “Renascimento Agrícola”, marcou o início do processo de industrialização do Brasil, consolidado mais tarde com a cultura do café. Vale lembrar que durante o ciclo cafeeiro, o algodão nunca parou de ser produzido no país, embora nunca tenha deixado de ser a principal atividade econômica da colônia.

Quando se fala nas questões comerciais, aparentemente a pesquisa se afasta do seu foco, mas não é difícil compreender que as questões platinas estão imbricadas nelas desde o século XVIII.

Um dos fatores que fomentaram o cultivo do algodão no país foi a Revolução Industrial Inglesa, que cada vez mais exigia matéria-prima para fabricação de produtos da indústria têxtil.

Além de ser destinado, em grande parte, para o mercado externo, o algodão era utilizado na vestimenta dos escravos e suas fibras já eram utilizadas pelos índios na produção de redes.

O algodão (também chamado de ouro branco) obteve atenção especial não somente com a Revolução Industrial, mas sobretudo pela Independência das Treze Colônias, que auxiliavam no envio do produto para a Inglaterra.

Todavia, na metade do século XIX, ao ser implantada a diplomacia do patacão¹³, com uma série de intervenções na região do Rio da Prata (1851-76), várias questões internas tomaram outro rumo, graças à influência do Barão de Mauá e da política platina do Império, compactuada com a política inglesa, porque os interesses econômicos da Inglaterra na América hispano-platina tinham sob sua mira a formação de uma coalizão que poderia criar dificuldades tanto para o comércio da região, como para o Brasil e também para os ingleses, que sairiam prejudicados.

Em contrapartida, o Paraguai se desenvolveu economicamente através de uma base rural, com agricultura e pecuária de abastecimento e uma “indústria natural”, ou seja, não estava inserido no capitalismo industrial e livre-cambista da época. Diante disso, alguns historiadores como Chiavenatto e Pomer, consideram a Guerra do Paraguai foi fruto de uma aliança imperial britânico-brasileira para tirar o Paraguai do isolamento e inseri-lo no mercado internacional. Outros, interpretaram a Guerra do Paraguai como sendo uma campanha empreendida sobretudo por Brasil e Argentina (financiados pela Inglaterra), contra o Paraguai, sob a justificativa de que este representava uma ameaça para os interesses econômicos ingleses na América do Sul. Existe ainda uma terceira versão sobre o isolamento geográfico paraguaio que admite ter acontecido por desavenças

13 A Diplomacia do Patacão se caracterizou por uma série de empréstimos realizados pelo Brasil à República do Uruguai e às Províncias argentinas de Corrientes e Entre-Ríos. Os subsídios concedidos entre 1850 e 1858 tiveram por objetivo neutralizar Rosas e estabelecer à região do Rio da Prata uma configuração de forças que fosse favorável ao Império. Concebida e implementada pelo Ministro Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, e patrocinada inicialmente pelo Barão de Mauá, a diplomacia se inseriu em uma política externa mais ampla, intervencionista, após anos de imobilismo e neutralidade do Brasil na região. O uso dos patações foi elemento inovador, que se aliou às armas e à diplomacia, culminando na hegemonia brasileira no Prata. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14340/1/2013_JoannaSantosSouza.pdf. Acessado em: 02.09.20

entre os cabildos¹⁴ de Buenos Aires e demais Províncias argentinas com o cabildo de Asunción, e não por conta da política imperial brasileira.

Solano López seguiu com a política de modernização do Paraguai, iniciada pelo pai, Carlos López, porém abriu mais o país, através do porto de Asunción, e militarizou a República. Entretanto, sofria com o isolamento geográfico, pelas dificuldades de navegação no Rio Paraná, o que limitava sua atuação no cenário internacional.

Ao Paraguai interessava, principalmente, ter uma saída para o Oceano Atlântico, interesse este que fustigava o embate para conseguir parte das terras de outros países sul-americanos.

De alguns anos para cá, historiadores como Francisco Doratioto e Moacir Assunção têm provado que essa versão da história da guerra, além de ideologicamente parcial, se coloca como falsa.

O Paraguai não era um país com pujança industrial e tampouco oferecia ameaça aos anseios econômicos dos ingleses. O desencadeamento da guerra, em grande parte, deveu-se às pretensões expansionistas de Solano López. O fato é que são valiosíssimas para o enriquecimento das investigações e interpretações desse acontecimento de suma importância para a história dos países que nele se envolveram e todas as fontes que estejam relacionadas a ele.

2.3 A navegação fluvial como melhor alternativa

O sistema monçoeiro que nasceu na primeira metade do século XVIII, fazendo a ligação entre Mato Grosso, São Paulo e Belém, utilizava também os caminhos de terra que interligavam Mato Grosso, Goiás e o Triângulo Mineiro, de onde partiam para São Paulo.

¹⁴ Cabildo era uma corporação municipal instituída na América Espanhola durante o período colonial que se encarregava da administração geral das cidades coloniais. Os membros do cabildo eram escolhidos entre os principais habitantes da cidade, que detinham assim amplos poderes jurídicos e administrativos.

Como cita Leverger em seu livro *Vias de Comunicação de Matto-Grosso* (1975, p. 24)¹⁵,

É muito antiga a navegação do Tietê. Por ela transitarão os decubridores de Cuiabá e acudirão em chusmas povoadores para as recém-descobertas minas de ouro. Durante cento e tantos anos, foi por esta via que proveo-se o Districto de Cuiabá de artilharia, munições e generos de toda a sorte, mórmente d'aquelles que pelo seo peso, volume ou fragilidade, são de difícil, e impossível conducção por terra.

Os caminhos entre rios e trilhas traziam os tropeiros com as mercadorias para a população mato-grossense que, consequentemente, tinham seus preços majorados pelo alto custo das viagens e, muitas vezes, deixavam de comprar por não terem condições de pagar pelo que necessitavam.

Só na segunda metade do século XIX é que a província de Mato Grosso encontrou solução para este problema, utilizando a saída pelo Cone Sul, através do rio Paraguai, depois o rio da Prata e, de lá, seguiam pelo Oceano Atlântico até São Paulo ou Rio de Janeiro. O problema deste trajeto era a posição do rio Paraguai, fronteira entre o Brasil e a República do Paraguai, que demandou muitas ações diplomáticas para a liberação da hidrovia.

Dentre os “*Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*” de Augusto Leverger, está o seguinte relato:

Em 7 de abril partiram de Cuiabá para a República do Paraguai duas barcas canhoneiras comandadas pelo capitão de fragata Leverger, em virtude das ordens do Governo Imperial e requisição do encarregado de negócios do Brasil naquela República. (Leverger, 1846, p. 177)

15 Nota de rodapé do próprio autor: O Tietê, muito embora as numerosas cachoeiras que obstruam o seu curso, foi o primeiro caminho seguido pelos bandeirantes Pires de Campos, Moreira Cabral e outros. O roteiro primitivo era: Tietê, Paraná, rio Pardo e seu afluente, Anhanduhy-assú, de onde se transpunham ao Aquidauana, Paraguay, São Lourenço e Cuyabá. A partir de 1725, as monções passaram do Rio Pardo ao Coxim, varando Camapuan, e desciam pelo Taquary ao Paraguay.

Augusto Leverger, chegou a se encontrar com o ditador José Gaspar Rodríguez Francia no Fuerte Olimpo¹⁶, para negociar, sem sucesso, a possibilidade de abertura da navegação pelo rio Paraguai.

Não só o Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai tinham interesse na abertura desta nova rota, como também a Inglaterra, que desde o Período Colonial brasileiro mantinha a supremacia no comércio da América Latina por onde escoava grande parte da sua produção industrial. Depois de esgotar o mercado europeu com uma produção maior do que a necessária para o consumo daquele continente, a Inglaterra precisava encontrar meios para alocar o estoque excedente, e uma grande saída estava nos países latino-americanos. Pela nova rota fluvial entrariam as mercadorias inglesas e sairiam as matérias-primas tão desejadas pelas indústrias europeias.

Foi com estes acordos de interesses que surgiram as primeiras indisposições paraguaias. O país não via com bons olhos aquela abertura para o comércio internacional, do qual usufruiria muito pouco, por ser uma nação relativamente bem industrializada, mesmo tendo uma economia interna totalmente concentrada pelo Estado, que também era proprietário da maioria das terras e indústrias do país. Portanto, não estava entre suas prioridades as importações, já que a maioria dos produtos que a população demandava, era produzida ali mesmo.

Este não era o caso da República do Uruguai nem da Argentina, muito menos do Brasil que, por conta das diretrizes econômicas do Império estarem voltadas para a agricultura, mantinham uma indústria incipiente. Estes três países tinham muito interesse em comercializar com os

16 Fuerte Olimpo - originalmente chamava-se Fuerte Borbón, em homenagem à dinastia reinante na Espanha da época. A cidade de Fuerte Olimpo está situada no extremo leste do Chaco na margem direita do rio Paraguai praticamente em frente à foz do rio Branco. Ao norte e ao leste se espriam os imensos mananciais do Pantanal. Pelo lado sudoeste, desde o interior do Chaco, aflui o rio Melo que também desagua no rio Paraguai. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fuerte_Olimpo. Acesso em 19.04.2020.

países europeus, não só para exportar seus produtos, como para importar novas tecnologias. Esta abertura também deu novo perfil para a economia mato-grossense, pois a nova rota hidroviária oferecia condições para o escoamento da produção da região e permitia importar produtos estrangeiros ou de outras regiões brasileiras.

Entretanto, em 1865, as questões geopolíticas que sucederam a apreensão do navio *Marquês de Olinda*, que transportava o novo presidente da província de Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos, interromperam o tráfego de navios pelo rio Paraguai, desencadeando uma série de mudanças no comportamento político dos países do cone sul.

Ciente destas dificuldades, o presidente do Paraguai, Francisco Solano López, montou uma estratégia de ataque ao Império Brasileiro pelo sul de Mato Grosso, província com uma grande extensão territorial, porém com baixíssima densidade demográfica e precariamente militarizada.

Argentina, Brasil e Uruguai, sentindo-se prejudicados com a interrupção da navegação pelo rio Paraguai, firmaram o Tratado da Tríplice Aliança, um compromisso político de ajuda mútua que, subsequentemente, deflagrou a guerra contra o Paraguai, num momento em que Mato Grosso sofria com os problemas de comunicação com as cidades litorâneas, principalmente com o Rio de Janeiro, capital do Império.

2.4 O papel do Forte Coimbra

Apesar de todo o heroísmo de sua tropa, formada por militares, índios da região e de toda a população livre e escrava que se envolveu na defesa do território mato-grossense, o exército paraguaio conquistou praticamente o sul da Província, ou seja, a área ocupada hoje pelo estado de Mato Grosso do Sul.

Ao início da Guerra do Paraguai, em dezembro de 1864, uma esquadra paraguaia, sob o comando do Capitão-de-Fragata Meza, invadiu Mato Grosso pelo Rio Paraguai,

apossando-se de Forte de Coimbra e Albuquerque e desembarcando em Corumbá, onde promoveu um massacre na população e destruiu a cidade.

Enquanto acontecia este ataque, outra frente de batalha paraguaia atacou a Colônia Militar de Dourados e seguiu tomando várias cidades mato-grossenses como Miranda e Aquidauana, com a intenção de chegar à capital que, a esta altura, estava militarmente vulnerável, uma vez que todo o seu contingente havia se deslocado para o sul do estado.

Pela via fluvial vieram 4.200 homens sob o comando do Coronel Vicente Barrios, que encontrou a heroica resistência de Coimbra ocupada por uma guarnição de apenas 115 homens, sob o comando do Tte. Cel. Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero.

Pela via terrestre vieram 2.500 homens sob o comando do Cel. Isidoro Rasquin, que no posto militar de Dourados encontrou a bravura do Tte. Antônio João Ribeiro e de mais 15 brasileiros que se recusaram à rendição, respondendo com uma descarga de fuzilaria à ordem para que se entregassem.¹⁷

Ao ter notícia da invasão, o presidente da Província, em Cuiabá, nomeou o Chefe de Esquadra Augusto Leverger para comandar a reação. Leverger conseguiu dissuadir o inimigo de subir os rios e atacar Cuiabá, e libertou Corumbá em 1867. Foi quando Cuiabá pode contar com a ajuda do batalhão dos Voluntários da Pátria, sob o comando de Hermenegildo Portocarrero e depois de Augusto Leverger, que escolheu as colinas e Melgaço, atual município de Barão de Melgaço, onde esperou o inimigo para defender a capital.

2.5 Guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai (1864/1870), ocorreu como consequência de um conflito entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai de Solano López.

¹⁷ Disponível em: <http://www.mt.gov.br/historia>. Acessado em: 19.04.2020.

As condições pré-guerra dos países envolvidos passaram por dois mitos contraditórios: o mito de que o Paraguai era a maior potência da América do Sul na época, e o mito de que o Paraguai era um fraco país agrário, sem base econômica.

Na realidade, quando Solano López assumiu a presidência, o Paraguai passava por um processo de modernização, baseado em investimentos estrangeiros que partiam principalmente da Inglaterra e colocavam o país numa posição econômica confortável, embora, paralelamente, estivesse politicamente deslocado de todas as políticas de relações exteriores dos países do entorno.

A primeira observação sobre o plano de López, é que ele não esperava ter de enfrentar Brasil, Uruguai e Argentina, situação que se consolidou com a criação da Tríplice Aliança, em 1º de maio de 1865. Ao contrário, esperava ter Uruguai e Argentina a seu lado e, quem sabe, unificar os 3 países ao fim da guerra para criar uma grande nação nos moldes do antigo vice-reino do Rio da Prata, que se estenderia do Peru até a Patagônia. “López imaginava uma Tríplice Aliança ao contrário”, afirma Francisco Doratioto, professor da Universidade de Brasília e autor de *Maldita Guerra e Osório*.

Os uruguaios eram aliados de López e a guerra só começou, tecnicamente, porque o Brasil invadiu o Uruguai, que estava em guerra civil desde março de 1863, em apoio ao ex-presidente Venâncio Flores, que reuniu 1,5 mil voluntários do Partido Colorado para desafiar o governo de Montevideu controlado pelo Partido Nacional (ou Blanco).

Conforme Nogueira, “O conflito ocorreu, principalmente, por atritos internos do continente, desde motivações econômicas até políticas, e o estopim envolveu um conflito civil no Uruguai e o imperialismo brasileiro na Bacia do Prata” (NOGUEIRA).¹⁸

18 Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/> Acessado em: 07.05.2020

Os brasileiros, que formavam um terço da população do Uruguai, apoiaram Flores e passaram a sofrer ataques dos partidários blancos. Em agosto de 1864, o Paraguai mandou um ultimato ao Brasil: invadir o Uruguai seria um ato de guerra. Mas o Brasil ignorou o ultimato e declarou guerra ao governo blanco três meses depois, com o apoio tácito da Argentina.

Atribui-se ao jornalista Moacir Assunção o seguinte comentário: “Nem Argentina, nem Brasil acreditavam que o Paraguai reagiria a um ataque ao Uruguai”. Mas López cumpriu a ameaça e atacou o Brasil. Não na fronteira com o Uruguai, mas em Mato Grosso.

López não contava só com o apoio dos blancos. Havia recebido promessas de Justo José Urquiza, governador da Província de Entre Rios e maior proprietário rural da Argentina e também inimigo do presidente argentino, Bartolomé Mitre.

O plano de López era invadir o país ao norte, juntar-se às forças de Urquiza ao sul e seguir para Buenos Aires. Se tudo funcionasse, os 3 aliados - Paraguai, Uruguai e Argentina - atacariam o Brasil.

A aposta paraguaia não era apenas diplomática. O exército guarani era muito maior que o brasileiro no início da guerra. Eles tinham uma força de 64 mil homens e os preparativos para o conflito começaram meses antes da declaração, enquanto as tensões entre Brasil e Uruguai se acumulavam.

O exército brasileiro contava com 18 mil homens mal armados e mal vestidos. Estas informações foram levadas pelos *blancos* uruguaios para o ditador paraguaio e López que resolveu fazer uma *blitzkrieg* do século XIX. “Ele tinha um plano inteligente e bem estruturado. Era um ataque-relâmpago, uma coisa à frente do seu tempo.”¹⁹

19 AVENTURAS NA HISTÓRIA. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/terra-brasilis/historia-o-que-foi-a-guerra-do-paraguai.phtml>. Acessado em: 07.05.2020

Em dezembro de 1864, o Paraguai declarou guerra ao Brasil, iniciando o que seria o conflito mais sangrento da América Latina, no qual mais de 600 mil vidas se perderam nos dois lados, entre batalhas, fome e doenças.

Para Nogueira,

Um dos momentos mais incômodos da guerra, na visão brasileira, foi a investida de López contra o Marques de Olinda, um navio mercador convertido em máquina de guerra. Como represália contra a intervenção brasileira no Uruguai, o ditador ordenou a captura da embarcação, que ocorreu com sucesso: o navio Tacuari intercedeu a passagem do Marques de Olinda, que subia o rio rumo ao Mato Grosso, e o capturou. López passou a usar o navio contra tropas brasileiras.²⁰

Enquanto os brasileiros se perdiam no próprio Brasil, López preparava seu verdadeiro ataque.

O Paraguai declarou guerra à Argentina em março de 1865 e, em abril, um contingente com 37 mil homens formou a tropa paraguaia que invadiu a Província de Corrientes pelo rio Paraná. Com Corrientes capturada e quase sem resistência, as tropas se dividiram em maio. Cerca de 12 mil ficaram na cidade e 25 mil rumaram para o Rio Grande do Sul, onde tomaram São Borja, em junho, e também Uruguaiana, em agosto. Era o plano de López em ação.

A *blitzkrieg* paraguaia também contava com outra manobra inteligente: fazer os brasileiros acreditarem que os paraguaios atacariam por outra região, causando um imenso problema logístico, já que os brasileiros esperavam um ataque à capital da Província, Cuiabá, o que nunca aconteceu. Sem estradas que chegassem à região, a contraofensiva brasileira levou de abril a dezembro de 1865 para se mover de Minas Gerais a Mato Grosso. Quando finalmente alcançaram a Província, os paraguaios simplesmente se retiraram - exceto de Corumbá, onde resistiram até junho de 1867.

20 Disponível em: <https://aventuras.na.historia.uol.com.br/noticias/reportagem/> Acessado em: 07.05.2020.

Quando as notícias chegaram a Cuiabá instaurou-se o pânico geral e a subsequente fuga desordenada para o interior. Diante dos fatos, o Presidente da Província de Mato Grosso resolveu arregimentar forças e fazer a defesa em Melgaço, uma região com uma série de colinas, próxima a Cuiabá, onde chegou com as tropas em 16 de janeiro. Ao receber um falso alarme de que as tropas paraguaias estavam na foz do rio Cuiabá, todos abandonaram os seus postos e se entrincheiraram na capital.

A primeira má notícia para López aconteceu no início da invasão à Argentina. Comandando as tropas para a retomada de Corrientes, apareceu ninguém menos que Justo José Urquiza. O caudilho havia feito promessas a López, mas havia recebido a visita do general e senador brasileiro Manuel Luís Osório, com quem teve uma conversa estratégica. Para alguns autores, aparentemente, “Os brasileiros compraram Urquiza”. Ele foi convencido por Osório de que lucraria muito mais apoiando Brasil e o governo argentino.

Para a surpresa de López, o ex-presidente argentino conduziu suas tropas com rara ferocidade. A decisão de Urquiza também surpreendeu muitos argentinos, provocando a deserção de muitos que estava a favor do Paraguai nos primeiros meses da campanha.

Conforme Nogueira,

Com o desenvolvimento da Guerra e o início da decadência paraguaia, as tropas guaranis começaram a diminuir e Solano López apelou para condições deploráveis de estratégia militar. Uma das principais foi o recrutamento de menores de idade (alguns de até 12 anos) para lutar contra as tropas profissionais da Tríplice Aliança e, como no Paraguai existiam castigos físicos contra trabalhadores, algumas dessas crianças lutavam mesmo com ausência de um braço, por exemplo, ou outros membros. (NOGUEIRA).²¹

21 Disponível em: <https://aventuras.na.historia.uol.com.br/noticias/reportagem/> Acessado em: 07.05.2020

O plano de López começou a naufragar, literalmente, no arroio Riachuelo, em 11 de junho de 1865. A ideia era tomar a esquadra brasileira, mas uma avaria atrasou o ataque.

O Paraguai seria aniquilado na guerra: além de perder grande parte da sua população adulta, reduziu seu papel geopolítico a uma espécie de estado-tampão entre Argentina e Brasil, oscilando entre ser dominado politicamente por um ou outro.

Conforme Nogueira,

Muitos historiadores concordam que a guerra poderia ter levado menos vidas se não fosse a insistência do Imperador Pedro II. A partir da tomada das principais bases do Paraguai, principalmente Humaitá, era claro que López perdera a Guerra e que o conflito chegava ao fim. Mas, o brasileiro insistiu em uma condição da aliança militar com a Argentina e o Uruguai de que a guerra só acabaria com a morte de Solano López (condição essa que já não era cobiçada pelos países hermanos aos pés de 1870). Por força brasileira, que queria consolidar sua hegemonia no Prata, a Tríplice continuou dizimando as tropas paraguaias até tomarem Assunción e localizarem o ditador. (NOGUEIRA).²²

A fuga do ditador pelo interior do país acabou em 1º de março de 1870, quando, numa emboscada à última tropa paraguaia em Cerro Corá, o cabo brasileiro Chico Diabo, José Francisco Lacerda, matou Solano López com uma lança (Aventuras na História, 2020).

À primeira vista, e sabendo como a guerra havia terminado, aparentemente López foi um louco suicida. Ele era impulsivo e autoritário, mas suicida, não era. Na verdade, o que se soube à época, é que ele tinha um plano ou pelo menos uma aposta, de que com seu jogo, iria conquistar o acesso ao mar, ponto mais importante para ele.

²² Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/> Acessado em: 07.05.2020

Conforme Mânlio Gancogni e Ivan Boris, *in* Nogueira

Para o Paraguai, a guerra foi completamente destrutiva. Além da infraestrutura arrasada, o conflito levou à morte de três quartos da população nacional, sendo que, em 1870, apenas 200 mil paraguaios ainda restavam vivos, e destes, 90% eram mulheres. Entre os homens vivos, 75% eram crianças e idosos. (NOGUEIRA)²³

No final da guerra, Leverger assumiu a Presidência da Província de Mato Grosso e empenhou-se em ações que banissem as tropas paraguaias de solo mato-grossense, começando por enviar forças terrestres e fluviais para Miranda e Corumbá, ainda sob o domínio do inimigo. Depois de uma trágica batalha em Dourados, a tropa comandada pelo tenente-coronel Antônio Maria Coelho, reforçada pela população local, expulsou os paraguaios.

3. Uma ideia sobre o ponto de vista geopolítico de Leverger

Os primeiros 3 anos de Leverger em Cuiabá foram frustrantes e fizeram o tenente desanimar ao sentir a total falta de condições para cumprir sua missão de organizar a defesa de toda a área fluvial da província de Mato Grosso.

Nessa estada inicial, Leverger aproveitou o tempo para explorar rios da região e estudar arquivos públicos. É fácil perceber que o historiador e geógrafo curioso acompanhou toda a movimentação da Bacia do Prata e anotou muitas informações colocadas em vários relatórios repassados às autoridades do império, sem que estas lhe dessem o devido crédito.

Cada dia fica mais claro que a tese sustentada por alguns anos de que a Guerra do Paraguai aconteceu como resultado de uma campanha feita pelo Brasil e pela Argentina, financiados pela Inglaterra, por conta da ameaça aos interesses econômicos que o Paraguai representava para ambos,

²³ Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/> Acessado em: 07.05.2020

estava equivocada. Na realidade, ao Paraguai interessava, basicamente, ter uma saída para o Oceano Atlântico e, para isso, precisaria “abrir caminho” em terras e rios de países vizinhos. Já para o Brasil e especialmente para Mato Grosso, este corredor hídrico pela Bacia do Prata representava uma abertura expressiva para o campo econômico.

Esta era, desde o princípio, a teoria de Leverger. Tanto isto é verdade, que de uns anos para cá, a versão da história da guerra vem sendo mudada, porque os resultados de pesquisas mais aprofundadas demonstraram que o Paraguai não era um país com pujança industrial, nem oferecia ameaça aos anseios econômicos ingleses. O desencadeamento da guerra, em grande parte, deveu-se às pretensões expansionistas de Solano López, impulsionadas pelo seu temperamento desenvolvimentista.

Em 1834, Leverger sentiu-se esquecido, à mingua de recursos e sem percepção dos vencimentos necessários à sua subsistência, mesmo tendo enviado vários ofícios ao Ministro da Marinha, onde esclarecia não só a sua situação pessoal, mas também reivindicava o numerário para arcar com as despesas da construção de seis canhoneiras que faziam parte do seu acerto com o Ministério da Marinha. Frustrado por não conseguir qualquer resposta, resolveu solicitar uma ordem de regresso para o Rio de Janeiro. Conseguindo este intento, recebeu seus proventos atrasados e aproveitou para expor a alguns membros da coroa seus trabalhos topográficos e hidrográficos, completando a sua apresentação com um relatório onde avaliava a conjuntura da Província e o papel dela no intrincado jogo geopolítico que se formara entre os países do cone sul. Outra vez obteve o silêncio como resposta.

Em face do mau estado de saúde, pediu e obteve uma licença de um ano com vencimentos. Esgotado este período, pediu e obteve nova licença por mais seis meses. Passado este período, se reapresentou à Marinha, mas foi informado que havia sido reformado no mesmo posto, porém sem soldo, tanto por não ter tempo para reforma como por ser estrangeiro não naturalizado.

Aos 35 anos, reformado, sem salário e sem perspectivas de trabalho no Brasil, Leverger já se preparava para voltar à França, quando foi convidado pelo Ministério da Marinha para retornar a Mato Grosso, no comando de uma comissão responsável pela organização de uma esquadrilha que faria a defesa da Província.

Com o tratado de navegação dos rios platenses, firmado entre o Brasil, Paraguai e Uruguai, o governo brasileiro precisava de pessoas preparadas e que conhecessem bem a Província de Mato Grosso para assumir a dianteira desta nova demanda. Seus profundos conhecimentos de toda aquela região, o transformaram em pessoa necessária.

Por conta desta necessidade, a Marinha lhe prometeu anular o ato de reforma, promovê-lo a capitão e fornecer todas as condições logísticas para que pudesse desenvolver suas ações em Mato Grosso. Leverger aceitou, abriu mão da restituição financeira que lhe era de direito e retornou a Cuiabá.

Sua volta à Capital Pantaneira, em 1837, levou a população cuiabana ao delírio de alegria. A promoção a capitão e a nulidade do ato de reforma, foram cumpridos pelo Império. Porém, o apoio logístico tão importante, mais uma vez não foi cumprido pelo alto comando da Armada.

Nesta segunda fase em Mato Grosso, o capitão Leverger começou a construção do Arsenal da Marinha e explorou os rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai. Paralelamente, percorreu duas vezes a fronteira com o Paraguai e visitou duas vezes o presidente Carlos Antônio López Assunção.

Conforme Leverger, em seu livro *Vias de Comunicação de Matto Grosso*,

É no valle do Paraguay²⁴ que reside quase toda população civilizada desta Provincia²⁵. Mais dos 4/5 occu-

24 Nota de rodapé do próprio Leverger: O Paraguay tem suas origens no brejal das Sete Lagoas, cerca de tres leguas distante da villa de Diamantino, e vinte a N. de Cuyabá.

25 Nota de rodapé do próprio Leverger: No valle do Paraguay acham-se situadas as tres principais cidades do Estado – Cuyabá (22.000 habs.), Corumbá (11.000) e Caceres (8000).

pão em redor da Capital um espaço de quando muito, 1600 leguas quadradas, na parte superior e oriental do dito valle limitado a Oeste pelo mesmo rio Paraguay, a Leste pelo S. Lourenço, é atravessado pelo Cuyabá, e 1/10, pelo Miranda, ribeirinha, aquella do grande rio e esta do seu tributário o rio menor, da referida população habita na frequência de Albuquerque²⁶ e de Miranda. LEVERGER (1905/1975, p. 30).

Nesta demarcação territorial, Leverger já antevê como resultados dos seus estudos, uma possibilidade de abrir a navegação desde a foz do rio da Prata até Cuiabá, e continua explicando:

É sabido, aliás, que a navegação está sendo praticada por embarcações movidas a vapor, desde a foz do rio da Prata até Cuyabá²⁷, Vila Maria²⁸ e ainda acima, n'uma extensão de quase 700 leguas. Esta simples exposição patentêa a imensa vantagem que em relação a esta Provincia leva a navegação do Paraguay sobre as outras vias fluviais de comunicação de que até aqui fiz menção. LEVERGER (1905/1975, p. 31).

Entretanto, a visão geopolítica de Leverger conseguia alcançar um pouco além, quando acrescentou:

Infelizmente a política estorvou por muitos anos, e pode ainda estorvar, o livre gozo desse beneficio que a natureza outorgou a esta parte central da America do Sul²⁹. De 1537 a 1560 os Hespanhoes da Assumpção

26 Nota de rodapé do próprio Leverger: Hoje cidade de Corumbá. Foi fundada em 1778 pelo governador Luiz Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Acha-se situada aos 18° 59' 38', lat. e 14° 25' 34", long. O. do Rio de Janeiro.

27 Nota de rodapé do próprio Leverger: Os primeiros vapores que alcançaram o porto de Cuyabá for

am – *Corça e Maracanã*, em Fevereiro de 1857, aquelle navio mercante e o segundo pertencente á armada imperial.

28 Nota de rodapé do próprio Leverger: Hole cidade de S. Luiz de Caceres, fundada pelo governador Luiz de Albuquerque em 1768. Acha-se situada aos 16° 3' 30" lat. e 14°, 34' 30" long. O, do Rio de Janeiro.

29 Nota de rodapé do próprio Leverger: A situação de Matto Grosso, no tocante a navegação pelo Paraguay, continua a ser a mesma descripta pelo autor.

subirão por vezes o Paraguay em demanda de um caminho para o Perú³⁰. Chegaram até a fôz do *Jaurú*. LEVERGER (1905/1975, p.31)

Quando, em 1842, o governo imperial nomeia Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, comandante-chefe do Exército e das quatro divisões do exército brasileiro que estava em operações na província do Rio Grande do Sul, Leverger se posicionou de forma muito clara. Mesmo tendo sido nomeado Cônsul Geral do Império na República do Paraguai, em 1841, se mantém até o final da revolução sem intervir em nada, embora soubesse da importância daquele evento no contexto do apoio que o governo imperial estava dando ao governo uruguaio contra Rosas.

Como afirma Assunção (2013, p. 19),

É sabido que Caxias é uma construção política do início do século XX para referenciar o dia do soldado, cujo exemplo seria uma norma de conduta para as novas gerações de tenentes, inquietos e rebeldes. Caxias seria a antípoda daquilo tudo, político, conservador, íntegro, soldado profissional, um militar modelo.

Mesmo sem interferir no que ocorria no Rio Grande do Sul, partiu Leverger em abril de 1842 para apresentar suas credenciais ao governo paraguaio, mas não conseguiu passar das proximidades do Forte Bourbon, onde esbarrou num comandante que sequer quis receber a correspondência diplomática para o governo de Assunção.

Frustrado, retorna a Cuiabá e percebe que:

Para falar em nome do Brasil, estritamente ligado à diplomacia imperial, havia mister de um brasileiro, que estivesse inteiramente a par, em todas as minúcias, do pensamento do Gabinete de S. Cristóvão, e do ambiente internacional que Leverger, no recesso dos sertões, apenas conhecia por meio de notícias

30 Nota de rodapé do próprio Leverger: Em 1537 Juan Ayolas-á frende de trezentos homens –chegou até o porto que denominou *Candelaria*.

oficiais, atrasadas de vários meses (CORRÊA FILHO, 1979, p. 33).

Não interessava a Leverger o jogo teatral praticado na corte, mas sabia que precisava apresentar ao jovem imperador suas ideias e projetos, cujo teor poderiam se transformar em estratégias geopolíticas para o Brasil. Assim, em 1844 foi ao Rio de Janeiro para se encontrar com o imperador Dom Pedro II, agora com 18 anos, e prestou contas da sua atuação na província de Mato Grosso.

Esta decisão talvez tenha sido gerada pelo fato de suas pesquisas não terem sensibilizado as autoridades do Império, embora D. Pedro II o tenha nomeado Oficial da Ordem da Rosa, nesta ocasião, com uma orientação para que avançasse nos trabalhos científicos.

Esta foi sua última viagem para o Rio de Janeiro, de onde retornou em abril de 1845, para nunca mais se afastar de Cuiabá.

O jogo político da corte parecia não se importar com as suas ideias ou projetos para a Bacia do Prata, os quais provavelmente dariam ao Brasil e aos outros países do Cone Sul, que compartilhavam dos mesmos interesses comerciais, as condições de navegabilidade, sem que a guerra fosse imprescindível.

Em 1846, Leverger, sempre curioso com a bacia hidrográfica que o encantava, conseguiu completar o levantamento do rio Paraguai, que até então conhecia apenas em trechos explorados anteriormente.

A estratégia iniciada com a nomeação de Luiz Alves de Lima e Silva teve sequência, quando, em 1850, por sugestão do governo imperial, Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá, assinou um acordo com o governo uruguaio que envolvia repasse de dinheiro através do seu banco. De alguma forma, este foi um ato de traição que os argentinos, consciente ou inconscientemente não perdoaram até hoje.

Conforme relata Doratioto, Leverger também tinha conhecimento de que,

Que a posição geográfica do Paraguai, isolado no interior do continente, sem acesso ao mar, praticamente o impedia de receber armas do exterior, devido ao bloqueio do Rio de Prata imposto pela esquadra brasileira. Havia, ainda, a própria desvantagem econômico-financeira paraguaia, em relação aos seus inimigos, para financiar a guerra. Nessas condições, os banqueiros não emprestaram dinheiro ao Paraguai e, pela mesma lógica, emprestaram ao Brasil (DORATIOTO, 2002, p. 91/92).

Não se pode afirmar que este empréstimo tenha auxiliado o Brasil porque, com ele, o Império adquiriu uma dívida equivalente a 11 anos do seu orçamento e saiu da supremacia na América do Sul, adquirida em anos anteriores, para uma situação próxima à falência. A situação foi tão grave e o descontentamento com o Império foi tão grande, que 19 anos depois do fim da guerra, acabou a monarquia no Brasil.

Conforme Corrêa Filho,

A invasão de Mato Grosso pelas forças de López, e a sua fácil vitória na primeira fase, não surpreenderam a Leverger, que, por várias vezes, tinha revelado os receios, que lhe ditava a prudência do mesmo quilate da sua bravura [...] Não era, porém, erro de apreciação, nem temor imaginário. A presciência dos males que viriam derivava-lhe da agudeza hereditária de visão de marujo, avezada a perceber os temporais em alto mar, do conhecimento exato da realidade provincial e do seu entranhado amor a Mato Grosso que lhe pesaria ver invadida e assolada pelo vizinho a respeito de cuja superioridade de organização militar em várias outras oportunidades repetiu sensatas considerações (CORRÊA FILHO, 1979).

Não por falta de aviso, quando López invadiu o território brasileiro, o Império lembra que Leverger conhecia muito bem a região e poderia contribuir na defesa.

Nesta altura, como afirma Doratioto,

A negligência militar dos gabinetes que governaram o Brasil fez com que enviassem para Mato Grosso, desde 1862, grande quantidade de armas, munições e outros artigos bélicos, sem destinar a tropa necessária para utiliza-las. Para defender a Província eram insuficientes aqueles 875 soldados [...] Nesse contexto, a única e precária defesa de que dispunha Mato Grosso, em caso de ataque paraguaio, era o forte Coimbra, construído na época colonial e estrategicamente localizado às margens do rio Paraguai, na fronteira com o país guarani (DORATIOTO, 2002, p. 98/99).

Conforme relata Doratioto, quando os paraguaios invadiram Mato Grosso, subindo com seus navios pelo rio Paraguai e ameaçando Cuiabá, Leverger recebeu a missão de barrar a passagem do inimigo no Passo do Melgaço, onde mandou construir uma trincheira fortificada e dali comandou com êxito um destacamento com aproximadamente mil homens para conter as tropas paraguaias que ameaçavam chegar até a capital mato-grossense.

Mais uma vez o Bretão Cuiabano estava pronto para atender a Província que havia escolhido como sua terra e, mais uma vez, só a população de Cuiabá reconheceu a importância da sua intervenção, num processo que poderia ter tomado um rumo completamente diferente.

Terminada a guerra, Leverger mal pode descansar. Por estar na vice-presidência da Província, quando Albino Carvalho se afastou, lhe passou novamente a presidência, por menos que desejasse o agora já laureado com honras pelo Imperador, Barão de Melgaço.

Se hoje não se tem notícias de muitos apontamentos de Leverger, caberia uma pergunta às autoridades da época: por que tanta desconsideração por quem fez tanto por Mato Grosso e poderia ter feito muito mais pelo Brasil e pelos países da Bacia do Prata?

Considerações Finais

A história de Leverger, quando conhecida superficialmente, é, pelo menos, intrigante. Como um francês que se apaixonou por Mato Grosso e conseguiu ampliar sua influência a ponto de intervir no final da Guerra do Paraguai.

À medida que se conhece um pouco mais, passa a intrigar ainda mais, pela sua curiosidade registrada em trabalhos topográficos e hidrográficos e, quando chega-se às suas anotações, se descortina um outro Leverger, sábio, perspicaz e com uma noção geopolítica incrível para a primeira metade do século XIX.

Quanto mais se conhece o seu trabalho, mais se deseja saber sobre este personagem que, lamentavelmente, a história perpetuou apenas parte das suas anotações que, enquanto vivia, desejou mostrar para todos e apresentar suas ideias a respeito desta bacia hidrográfica que poucos chegaram a conhecer como ele.

Pelas idas e vindas através dos eventos que pontilharam os seus 60 anos de Brasil, é fácil perceber sua retidão de caráter, daí sua franqueza e sua aversão pelos cargos e pompas, que, de alguma forma, atrapalharam sua ascensão num império cheio de vaidades.

Com seu temperamento simples e conciliador, conseguiu reunir admiradores não só em Cuiabá como em todo o Brasil, principalmente entre aqueles que conviviam com os movimentos da corte, e graças a este perfil conseguiu acalmar muitas das animosidades políticas em Mato Grosso.

Com a “divisa heráldica “sempre pronto”, a qual obedecia desde que não lhe melindrasse a altivez, sobranceira às conveniências e acomodações subalternas” (Corrêa Filho, 1979 p. 83), valeu a pena fazer esta “releitura” do cidadão, Barão de Melgaço que, assim como a Guerra do Paraguai, teria muito mais a oferecer se nossos antepassados tivessem tido mais cuidado em preservar suas preciosas anotações.

Como ele mesmo chegou a escrever: “Há casos em que a abnegação é virtude, outros em que é culpada fraqueza,

não desejo ver-me nem ver a outrem em circunstâncias de fazer esta distinção com dano do país”.

O Bretão Cuiabano cumpriu com o seu dever de cidadão que escolheu Mato Grosso como sua pátria.

Referências

ANDRÉA, Júlio. *A Marinha Brasileira: florões de glórias e de epopéias memoráveis*. Rio de Janeiro, SDGM, 1955.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. *Sociedade Brasileira: uma história*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

AVENTURAS NA HISTÓRIA. *Guerra Do Paraguai* Disponível em: [https://aventuras nahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-10-curiosidades-guerra-do-paraguai.phtml](https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-10-curiosidades-guerra-do-paraguai.phtml). Acessado em: 21.04.2020.

ASSUNÇÃO, Moacir. *Nem heróis nem vilões: curepas, caboclos, cambás, macaquitos e outras revelações da sangrenta Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BENTO, Cláudio Moreira. *O Forte de Coimbra-Ms: dois Séculos de História, Fé e Glórias*. Disponível em: [http:// ahimtb.org.br/ FORTE%20DE%20 COIMBRA%202%20 S%C3%89 CULOS%20DE%20F%C3%89%20E%20GL%C3%93RIAS.pdf](http://ahimtb.org.br/FORTE%20DE%20COIMBRA%202%20S%C3%89CULOS%20DE%20F%C3%89%20E%20GL%C3%93RIAS.pdf). Acessado em 07.05.2020.

CERVEIRA SENA, Ernesto. *Disputas Políticas na Fronteira do Império Brasileiro durante a Guerra do Paraguai*. Disponível em: www.anpuh.org, Acessado em: 18.04.2020

COSTA, Virgílio Pereira da Silva. *Duque de Caxias*. São Paulo: Editora Três, 2003.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, JOACI Pereira. *A Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Saraiva, 2000

LEVERGER, Augusto. *Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Publicações Avulsas n° 19 Cuiabá, 2001.

LIMA, Manuel de Oliveira. *O Império Brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

LIRA NETO. *Recuperação da Tropa: o papel vital do Duque de Caxias durante a caótica guerra do Paraguai*. Disponível em: [https:// aventuras na história. Uol.com.br/noticias/reportagem/](https://aventuras.na.historia.uol.com.br/noticias/reportagem/) Acessado em: 07.05.2020.

LYRA, Heitor. *História de D. Pedro II*. Vol I Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

MELGAÇO, Barão de (Augusto Leverger). *Vias de Comunicação de Matto-Grosso*. Publicação Oficial dirigida por: Estevão de Mendonça e Antonio Fernandes de Souza. Cuiabá: Estabelecimento Avelino de Siqueira, 1905/ UFMT, 1975.

NOGUEIRA, André. *10 Curiosidades Sobre a Atroz Guerra do Paraguai, a Maior da América Latina*. Disponível em: [https:// aventuras na história. Uol.com.br/noticias/reportagem/](https://aventuras.na.historia.uol.com.br/noticias/reportagem/) Acessado em: 07.05.2020.

PÓVOAS, Lenine C. *História Geral de Mato Grosso: dos primórdios à queda do império*, Vol.1. Cuiabá, MT, 1995.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SÓ NOTÍCIAS. *Augusto Leverger Francês e Herói Mato-Grossense*. Autor: Wilson Santos. Disponível em: <https://www.sonoticias.com.br/opiniaio/augusto-leverger-frances-e-heroi-mato-grossense/> 2014; Acessado em: 13.04.2020.

TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000. 218p.